

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****143ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 182/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 60000.003359-2024-46**Órgão: CMAR – Comando da Marinha****Requerente: A.F.S.****Resumo do Pedido**

Requerente solicitou acesso a informações sobre a atuação da Marinha durante as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em maio de 2024: 1. Efetivo mobilizado; 2. Período de atuação; 3. Ações realizadas (Descrição detalhada das operações); 4. Veículos e equipamentos utilizados (Lista e quantificação dos meios empregados); 5. Recursos logísticos e materiais distribuídos (alimentos, água, medicamentos e itens).

Requeru, ainda, fornecimento de dicionário de dados, se houver; e informar a extensão temporal de dados arquivados (série histórica disponível), fornecendo a maior extensão temporal possível.

Resposta do órgão requerido

O Órgão forneceu dados acerca do efetivo de militares deslocados, o período de atuação, as ações realizadas, a quantidade e tipos de viaturas e equipamentos enviados, a quantidade de recursos logísticos e materiais distribuídos. Ao fim, apresentou folder de balanço, realizado no dia 15 de outubro de 2024, acerca da Operação Taquari 2, e planilha contendo o total de donativos.

Recurso em 1ª instância

Requerente recorreu alegando insuficiência da resposta ao item 3 de seu pedido, no qual requer informações detalhadas acerca do período de atuação dos militares e das ações realizadas durante a operação, em especial:

- a) especificação das datas de início e término da atuação dos militares, por Força Armada, no estado, incluindo quaisquer períodos de mobilização, deslocamento e desmobilização de forma pormenorizada; e
- b) especificação das ações e missões executadas pelos militares, discriminando-as por data, localidade e tipo de ação (socorro, resgate, distribuição de suprimentos etc).

Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância

O CMAR deferiu o recurso, complementando as informações já fornecidas e ressaltando que as ações, missões e locais de atuação da Marinha do Brasil no Rio Grande do Sul foram amplamente divulgados nos canais oficiais da instituição, disponibilizando, por fim, um total de 62 links para acesso a tais informações, de modo a facilitar a pesquisa, levantamento e apuração de dados sobre as operações realizadas.

Recurso em 2ª instância

Requerente reiterou o pedido nos mesmos termos do recurso anterior.

Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância

O CMAR não conheceu o recurso em 2ª instância, esclarecendo que a especificação das ações e missões realizadas pelos militares foi atendida por meio da relação de links disponibilizados, os quais reúnem informações oficiais da Marinha sobre o objeto do pedido, abrangendo detalhes sobre datas, localidades e tipos de ações executadas, em conformidade com as obrigações de Transparência Ativa previstas na Lei nº 12.527/2011 e no Decreto nº 7.724/2012. Por fim, orientou a requerente a realizar o levantamento e a apuração dos dados conforme seu interesse, utilizando as fontes disponibilizadas.

Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)

Requerente reiterou o pedido nos mesmos termos do recurso anterior.

Análise da CGU

A CGU concluiu que o CMAR atendeu integralmente a todos os itens do pedido, indicando o local onde se encontram as informações necessárias para que o requerente realize a interpretação, consolidação e tratamento de dados, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 13 do Decreto nº 7.724/2012. Alegou que o recurso carece de requisito de admissibilidade, uma vez que não foi identificada qualquer circunstância de negativa de acesso à informação.

Decisão da CGU

A CGU não conheceu do recurso, uma vez que não foi identificada qualquer circunstância de negativa de acesso à informação, não se aplicando ao caso o disposto no artigo 16, inciso I, da Lei nº 12.527/2011.

Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

Requerente reiterou o pedido nos mesmos termos do recurso anterior.

Admissibilidade do recurso à CMRI

Recurso não conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Todavia, o requisito do cabimento não foi atendido, em razão de não ter havido negativa de acesso à informação.

Análise da CMRI

Em análise aos autos identificou-se que o Requerente recorreu alegando insuficiência da resposta ao item 3, em especial:

- i) especificação das datas de início e término da atuação dos militares, por Força Armada, no estado, incluindo quaisquer períodos de mobilização, deslocamento e desmobilização de forma pormenorizada; e
- ii) especificação das ações e missões executadas pelos militares, discriminando-as por data, localidade e tipo de ação (socorro, resgate, distribuição de suprimentos etc).

Quanto ao primeiro questionamento, a resposta do CMAR ao recurso em 1ª Instância esclarece que a atuação dos militares teve início em 30 de abril e 2024 com a “Operação Taquari 2 – Abrigo pelo Mar”, permanecendo ativa até 31 de dezembro do mesmo ano, conforme o Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024. Em relação ao segundo questionamento, o CMAR respondeu, ainda em 1ª Instância, por meio de uma relação de 62 links que contêm informações oficiais da Marinha do Brasil. Esses links, disponibilizados em transparência ativa, abrangem dados sobre as datas, localidades e tipos de ações realizadas no âmbito da “Operação Taquari 2 – Abrigo pelo Mar”. Além disso, a requerente foi orientada a utilizar os links fornecidos para levantar e apurar as informações conforme seu interesse. Observa-se que a resposta do CMAR ao segundo questionamento indica o local onde se encontram as informações a partir das quais a requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados, enquadrando-se na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 13 do Decreto nº 7.724/2012. Diante disso, considerando que os recursos apresentados não trouxeram novas questões e que as perguntas já foram respondidas em Instância prévia, conclui-se pelo não conhecimento do recurso, uma vez que não foi identificada qualquer circunstância de negativa de acesso à informação.

Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, não conhece do recurso, visto que não houve negativa de acesso à informação, requisito de admissibilidade recursal, nos termos do art. 24 do Decreto nº 7.724/2012, e dos arts. 19 e 20 do Regimento Interno da CMRI, aprovado pela Resolução CMRI nº 6, de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado**, **Presidente Suplente da CMRI**, em 11/04/2025, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima**, **Chefe de Gabinete**, em 15/04/2025, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO**, **Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO**, **Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito**, **Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis**, **Usuário Externo**, em 23/04/2025, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS**, **Usuário Externo**, em 23/04/2025, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO**, **Usuário Externo**, em 28/04/2025, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6530815** e o código CRC **CC28C53E** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0